

GDAT: Atraso no desbloqueio dos precatórios



A ANFIP informa que houve atraso na liberação dos precatórios da GDAT, que estavam previstos para serem liberados entre março e abril de 2024. Esse atraso ocorreu em virtude do prazo constitucional estabelecido para expedição de novos precatórios na Justiça Federal, que se findou em 2 de

abril de 2024.

A Associação já está em contato com a Diretoria da 20ª Vara Federal do DF, onde o processo tramita, buscando celeridade nesse feito. Foi informado que esses casos vão receber prioridade na tramitação e devem estar resolvidos em breve.

Portanto, os beneficiários dessas datas devem aguardar, não sendo necessário se dirigir às agências bancárias neste momento. Até o final de abril, serão emitidas as decisões ordenando o desbloqueio, sendo que o procedimento posteriormente dependerá exclusivamente dos bancos para serem pagos.

Reitera-se ainda que o beneficiário converse com o gerente da unidade e peça para que o mesmo entre em contato com a agência central de Brasília, que realizará a baixa da restrição. No caso do Banco do Brasil, a agência é a de número 4200. Já a Caixa Econômica Federal, a agência é a de número 2301.

Em relação aos pensionistas, os pagamentos continuarão bloqueados, em razão de alegações de que esses não seriam associados à ANFIP. Os advogados da própria Entidade já estão peticionando para que haja a liberação desses precatórios dos pensionistas e, assim que for proferida decisão ordenando o pagamento, daremos conhecimento aos beneficiários.

A ANFIP segue acompanhando o procedimento, para que o cronograma seja cumprido até julho de 2024.

XVIII Encontro Nacional: Inscritos devem informar hotel de hospedagem em Fortaleza

Para oferecer conforto e segurança a todos os participantes do XVIII Encontro Nacional, que acontece de 27 a 29 de maio, em Fortaleza (CE), a ANFIP solicita aos inscritos que não fecharam pacote de hospedagem com a Fortline Turismo que informem, até o dia 26 de abril, pelo e-mail secretaria@anfip.org.br, em qual hotel estarão hospedados no período do evento, incluindo o número de acompanhantes. A partir das informações recebidas, a Comissão Organizadora poderá planejar a logística



de transporte dos hotéis para o Gran Marquise, onde ocorrerá o Encontro.

E se você ainda não se inscreveu,

aproveite e garanta a sua vaga! Acesse o hotsite [aqui](#). Na página, é possível, além de fazer a inscrição, conferir a programação, sugestões de hospedagem e passeios turísticos.

E para os associados ativos que precisarem da liberação de ponto, a data limite para inscrição é dia 30 de abril. Depois disso, basta encaminhar ao e-mail dispensadeponto@anfip.org.br os dados da sua unidade de lotação, para que a ANFIP envie o pedido de liberação ao local correto.

A ANFIP e a ANFIP-CE esperam por você!

**Tire suas dúvidas sobre a
declaração do IRPF**
PÁGINA 2

**Emissão de novas cédulas do
aposentado é tratada na Cogep**
PÁGINA 3

**Projeto-piloto de unificação
das mensalidades é aprovado**
PÁGINA 5

Novos Auditores Fiscais lotados na Previc recebem visita da Associação

O presidente Miguel Nôvo e os vice-presidentes Gilberto Pereira (Executivo) e Maria Inês Borges Ávila (Política de Classe e Salarial), encontraram-se, dia 18 de abril, com os novos Auditores Fiscais em exercício na Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), aprovados no último concurso da Receita Federal do Brasil.

Na ocasião, foram expostas pelos dirigentes as prioridades de atuação da Entidade em prol da carreira, com destaque para o trabalho parlamentar, que é referência no âmbito associativo. Também foram apresentados os diversos serviços exclusivos que facilitam a vida dos associados, como plano de saúde, assistência jurídica, clube

de vantagens, entre outros.

Miguel Nôvo falou sobre a complexidade do trabalho dos Auditores e colocou a Entidade à disposição para atendê-los. “Queremos desejar a vocês boas-vindas à classe dos Auditores Fiscais. Podem contar conosco! Sendo associados ou não, estamos lá para defender a categoria”, disse. O presidente também frisou que continua apoiando a convocação dos candidatos que constam no cadastro reserva do certame.

A Superintendência conta atualmente com 17 Auditores em período de capacitação para as atividades que serão desenvolvidas. A chegada de novos servidores é importante



para dar andamento ao trabalho, especialmente no que se relaciona à fiscalização e supervisão dos fundos de pensão. Essa é uma grande conquista das entidades representativas que atuaram intensamente nos últimos anos pela recomposição do quadro da RFB.

Live esclarece dúvidas sobre a declaração do IRPF

Em palestra promovida dia 16 de abril pela ANFIP-RJ, o consultor Leônidas Quaresma apresentou todos os passos para declarar o Imposto de Renda Pessoa Física 2024, desde a instalação do programa, com o primeiro acesso, à verificação das informações pré-preenchidas, alterações necessárias e inclusão de informações nos campos. O evento, que faz parte do Projeto Sociocultural, foi transmitido pela TV ANFIP e mediado pelo vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Adilson da Silva Bastos.

Quaresma tirou várias dúvidas de associados presentes na sede da ANFIP-RJ e dos que acompanharam virtualmente, entre elas, quanto à declaração dos precatórios, que devem ser informados na aba Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA).

O consultor explicou que precatório

significa um rendimento recebido atrasado, que leva em conta um determinado número de meses. Quando esse pagamento em atraso é devido pelo Estado (União, estados e municípios), os entes são obrigados a prever a despesa no orçamento para o ano seguinte. O problema, conforme apontou Quaresma, é que o Juízo manda pagar em decisão deferida em um ano, o Estado fica sabendo que tem aquela dívida e orça o pagamento para o ano seguinte. “O que se constata é que ele nunca paga no ano seguinte. Isso acontece anos depois”, frisou. Em decisão recente, o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que o precatório é uma indenização pelo fato de o beneficiário não ter tido o pagamento de trabalho feito na época devida, por isso, não incide imposto sobre os juros.

“Se você recebe um precatório,



você tem que estar atento se o Juízo, na hora de calcular e mandar pagar, separou os juros do principal. Se não tiver separado, cada contribuinte deve fazer essa separação”, orientou. Segundo Quaresma, é possível verificar pelo valor recebido do banco. Se no comprovante de rendimento vier o valor total do precatório, os juros estão embutidos ali. Se no comprovante vier um valor menor que o recebido, provavelmente os juros foram afastados do cálculo. “É preciso ▶

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

Editora
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

Edição eletrônica
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil
DETERMINAÇÃO E TRABALHO

www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

ver o comprovante de rendimentos. O banco vai informar quanto você recebeu líquido, quanto foi retido na fonte e a contribuição previdenciária. Somados esses três, é aquilo que o juiz mandou pagar? Se for, os juros estão ali dentro. É preciso correr atrás para apartar esses juros”, disse. Uma das possibilidades é solicitar ao patrono da causa, o advogado, a planilha de cálculo, onde terá o principal e os juros.

No caso de associações e sindicatos, é possível solicitar a requisição de pagamento à entidade.

“Lá, vai ter o número de meses a que se referiu a causa, o valor do principal e o dos juros”, afirmou. Além disso, será preciso verificar os juros incidentes entre a data do cálculo do Judiciário e a data efetiva de pagamento, uma vez que ele é feito anos depois da determinação. Ou seja, tem mais juros entre a data do cálculo e a data do pagamento. “É preciso achar a proporção do principal sobre o total. Se não fizer essa conta, provavelmente não terá imposto a pagar nem a restituir no RRA, mas em

compensação estará jogando fora um bom dinheiro com o pagamento sobre os juros”, frisou.

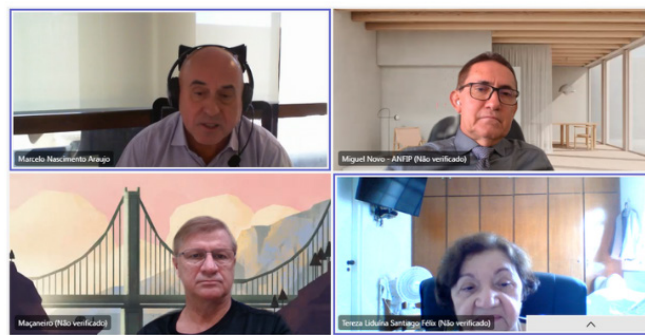
Com as explicações iniciais, Quaresma tirou dúvidas mais específicas sobre precatórios e apresentou pontos do programa gerador do IRPF, abordando temas variados, como bens móveis e imóveis, ganhos de capital, despesas médicas e várias outras deduções. A live está na TV ANFIP e é essencial que todos os interessados no assunto assistam ao conteúdo completo (acesse [aqui](#)).

Retomadas tratativas para emissão das novas cédulas de identificação do aposentado

Dirigentes da ANFIP e da Fundação ANFIP reuniram-se, dia 18 de abril, com o coordenador-geral de Gestão de Pessoas (Cogep), Marcelo Araújo, para tratar da retomada da emissão das carteiras de identificação para os Auditores Fiscais aposentados, suspensa desde abril de 2019, devido à pandemia da covid-19 e à necessidade de isolamento social naquele período.

Lembrando que, para a emissão do documento, os associados interessados precisam comparecer presencialmente a uma unidade de Gestão de Pessoas mais próxima para preencher a ficha de identificação e realizar a autorização mediante assinatura.

Na ocasião, foi pautada ainda a questão da contratação da empresa que fará a impressão das cédulas, a validação do protótipo do documento pela Cogep e a coleta de informações, pela ANFIP, dos interessados na emissão da carteira de identificação, dentre outros detalhes administrativos sobre o



tema.

Pela ANFIP, participaram o presidente Miguel Nôvo e a vice-presidente de Aposentadorias e Pensões, Tereza Liduína Santiago Félix; e, pela Fundação, o presidente Vanderley José Maçaneiro.

ANFIP acompanha debate sobre regulamentação da reforma tributária



O presidente Miguel Nôvo acompanhou a reunião extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados, realizada dia 17 de abril, a pedido do deputado Danilo Forte (União/CE), para debater os projetos de regulamentação da

reforma tributária.

Segundo o parlamentar, que presidiu a mesa dos trabalhos, a reforma tributária segue como prioridade do Congresso Nacional, portanto é preciso conhecer as propostas de regulamentação para assegurar uma transição bem-sucedida, que deve acontecer gradualmente até 2026.

Apesar de o governo ainda não ter apresentado as propostas para regulamentar a reforma, diversos parlamentares da oposição já encaminharam sugestões para regulamentação do Imposto Seletivo; dos alimentos da cesta básica que serão isentos de tributação; sobre o equilíbrio

econômico-financeiro dos contratos administrativos firmados antes da entrada em vigor da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS); sobre litígios entre o contribuinte e o Estado a respeito do IBS e da CBS; e sobre as normas de funcionamento do Comitê Gestor do IBS.

Para a ANFIP, o amplo debate do tema é extremamente importante, a fim de analisar os impactos que os projetos de regulamentação da reforma tributária podem ter sobre os contribuintes, especialmente os mais vulneráveis. A Associação defende uma reforma tributária que promova a justiça fiscal e contribua para o desenvolvimento econômico do país.

Frente parlamentar parabeniza entidades por trabalho em prol da PEC Social

A ANFIP marcou presença na audiência pública da Frente Parlamentar dos Aposentados e Pensionistas, dia 17 de abril, na Câmara dos Deputados, para tratar da PEC 6/2024, conhecida como PEC Social. A reunião foi coordenada pelo deputado Cleber Verde (MDB/MA), primeiro signatário da proposta – de autoria da ANFIP e do Instituto Mosap –, que propõe a redução gradativa da contribuição previdenciária de servidores aposentados e pensionistas.

O parlamentar, ao se pronunciar, agradeceu o empenho das entidades e frisou a importância do trabalho conjunto em prol do apensamento da PEC 6 à PEC 555/2006, que também dispõe sobre o tema e está há mais de 10 anos “travada” no plenário da Casa. “É um tema que já passou da hora de votarmos. Temos essa matéria pronta, já foi amplamente discutida. Então, o que queremos agora é só fazer o apensamento, buscar um relator com a sensibilidade de poder enxugar o texto da PEC e colocar em votação”, disse.

Cleber Verde lembrou a reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), na qual foi recomendada a articulação nas bases e diretamente com as lideranças partidárias, a fim de



fortalecer o apoio ao apensamento. “Vai depender muito de nós. O movimento de votação aqui, na Câmara, é muito de fora para dentro. A mensagem é legítima, e o apelo que a gente faz é que, mais do que nunca, a gente possa procurar as bancadas nos estados”.

Como exemplo, o deputado citou sua presença no XVIII Encontro Nacional da ANFIP, de 27 a 29 de maio, em Fortaleza, onde aproveitará para ampliar o debate sobre o tema e articular com a bancada do estado. “Esse encontro da ANFIP passa a ser uma referência para que possamos fazê-lo com as outras instituições nos estados. Precisamos convencê-los e a hora é agora”, afirmou, acenando à possibilidade de aprovação da matéria ainda neste ano.

Após a fala, Cleber Verde convidou à mesa o presidente da ANFIP, Miguel Nôvo, que afirmou que

o contato com a bancada cearense já está em curso, assim como em outras regiões do Brasil. “Esse trabalho em prol da PEC 6 deve ser constante, em Brasília, nos estados, nos municípios, nós temos que abordá-los e levar a nossa recomendação. Se essa PEC ainda não estiver aprovada, teremos também o Encontro do Sul, no mês de julho, e assim faremos com todos os parlamentares que têm identidade com a causa dos aposentados e pensionistas”, ratificou o presidente.

Miguel Nôvo frisou os benefícios da proposta não só para a categoria, mas para a sociedade e o governo. Entre eles, aumento do poder aquisitivo dos aposentados e, consequentemente, do consumo de bens e serviços; criação de empregos; estímulo à atividade econômica; aumento do valor arrecadado com Imposto de Renda e da arrecadação de impostos. “Nós somos especialistas da área, isso é verdade, está corretíssimo”, validou.

Além do presidente, pela ANFIP, participaram o vice-presidente Executivo, Gilberto Pereira, e as vice-presidentes Rita de Cássia Couto (Relações Públicas), Lucimar Ramos de Lima (Relações Interassociativas) e Maria Inês Borges Ávila (Política de Classe e Salarial).

Pública Central do Servidor discute propostas da Mesa Nacional de Negociação

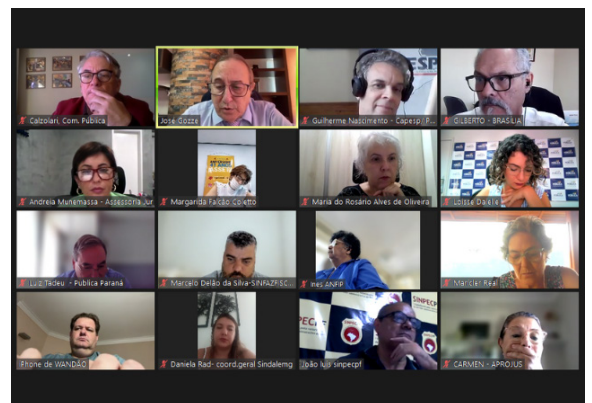
A Pública Central do Servidor reuniu entidades de classe, centrais sindicais e organizações da sociedade civil, dia 18 de abril, para discutir temas de interesse dos servidores públicos. Pela ANFIP, participou o vice-presidente Executivo, Gilberto Pereira, e a vice-presidente de Política de Classe e Salarial, Maria Inês Borges Ávila.

Os dirigentes atualizaram a todos sobre as tratativas da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) em torno do reajuste de benefícios e da recomposição salarial dos servidores públicos federais em 2024. Na última reunião da Mesa, no dia 10 de abril, o governo apresentou um Termo de Acordo

contendo, dentre as propostas, a de transferir as discussões de reestruturação para mesas temporárias específicas.

Os representantes debateram, ainda, estratégias para a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dispõe sobre a negociação coletiva e o direito de greve das categorias do setor público. Além disso, apresentaram os detalhes do movimento pelo Dia do Trabalhador, em 1º de maio, com

concentrações em diversos estados; e os preparativos para o Congresso da Pública, previsto para a primeira semana de agosto, no Paraná.



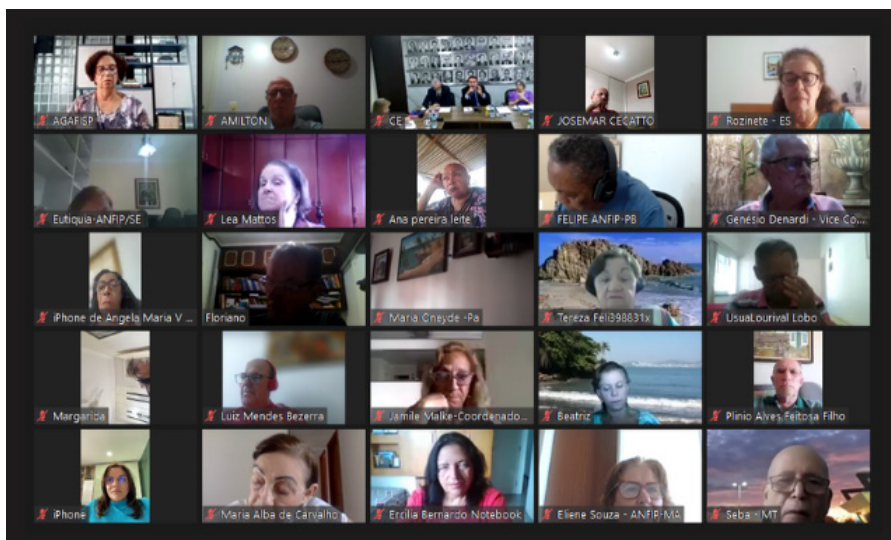
Dirigentes aprovam projeto-piloto de unificação de mensalidades

Os conselhos Executivo, Fiscal e de Representantes da ANFIP realizaram reunião conjunta, dia 17 de abril, em Brasília, presencialmente, e com transmissão virtual para discussão e deliberação do projeto-piloto de unificação das inscrições e das mensalidades da Entidade.

Na oportunidade, foi aprovada resolução conjunta que regulamenta a implementação do projeto, que, neste primeiro momento, ocorre apenas em algumas unidades da Federação. A medida visa suprir a necessidade de simplificação e modernização de procedimentos na adesão de novos associados. Busca também o fortalecimento da representatividade da Associação em todos os estados, ampliando benefícios e proporcionando atendimento ainda mais qualificado aos associados.

Antes da deliberação, o tema foi estudado e amplamente discutido nos diversos encontros semanais da Comissão ANFIP do Futuro, coordenada pelo vice-presidente de Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação, Antonio Carlos Silveira.

A reunião foi conduzida pelo coordenador do CR, Carlos José de Castro. Estiveram à frente, ainda, o



presidente do CE, Miguel Nôvo, e a coordenadora do Conselho Fiscal, Jamile Jabra Malke.

Miguel Nôvo reforçou os compromissos estabelecidos pelo Conselho Executivo no início da gestão. “Temos nos desdobrado para dar uma dinâmica com a nossa cara, com o que a gente imagina de melhor para nossa Entidade. O CE, de modo geral, vem se esforçando ao máximo para atingir esses objetivos. Temos que acelerar o processo e eu vou dar todo apoio, mas é importante apresentar resultados o mais rápido possível”, disse.

Também foi referendada a indicação dos nomes dos integrantes da Comissão de Elaboração do Novo Estatuto da ANFIP. Compõem o grupo pelas regiões Norte, Airton Ângelo Claudino (AM) e Heliomar Lunz (AC); Nordeste, Severino Felipe da Silva (PB) e Tereza Liduína Santiago Félix (CE); Centro-Oeste, Ana Pereira Leite (MT) e Crésio Pereira de Freitas (GO); Sudeste, Jamile Jabra Malke (SP), Maria Beatriz Fernandes Branco (SP) e Rozinete Bissoli Guerini (ES); e Sul, Antonio Carlos Silveira (SC) e Josemar Jorge Cecatto Santos (PR).

Conselho Executivo organiza plano de ações a ser desenvolvido no ano

Para discutir o planejamento das ações da ANFIP em 2024, foi realizada reunião ordinária do Conselho Executivo (CE), dia 16 de abril, alinhando as atividades a serem desenvolvidas pelas vice-presidências ao longo da gestão.

As discussões foram coordenadas pelo presidente do CE, Miguel Nôvo, que ressaltou a importância de os conselheiros promoverem, conjuntamente, uma



agenda ativa e bem organizada, de modo a aproveitar as oportunidades e trabalhar efetivamente em prol dos associados.

Ao se pronunciarem em torno de cada área, os vice-presidentes esclareceram as estratégias parlamentares, que estão sendo praticadas nos estados visando a aprovação do fim da contribuição previdenciária de servidores aposentados (PECs 6/2024 e 555/2006); a PEC 10/2023, do quinquênio; e contra a PEC 32/2020, referente à reforma administrativa.

Os conselheiros foram atualizados sobre o andamento dos processos judiciais e das decisões da Entidade a fim de garantir maior celeridade na concessão dos benefícios. O trabalho é realizado junto a escritórios especializados e inclui processos como Gifa, Gdat, Gefa, 3,86%,

28,8% e outros. Sobre isso, está sendo elaborado um informativo jurídico, a ser divulgado em breve.

Ainda foram lembrados os serviços lançados nos últimos meses, a exemplo da Consultoria Previdenciária e da Plataforma de Assuntos Jurídicos, bem como compartilhados detalhes sobre os próximos projetos, como o Guia do Associado 2024. Os preparativos para o XVIII Encontro Nacional também foram apresentados, juntamente com o cronograma de eventos previstos até o fim do ano.

Após deliberação, os dirigentes aprovaram atas de reuniões realizadas anteriormente e deram encaminhamentos a assuntos internos envolvendo a criação de comissões e a otimização dos trabalhos da Associação.

Conselho Fiscal promove reunião extraordinária

O Conselho Fiscal da ANFIP reuniu-se nos dias 18 e 19 de abril para análise da movimentação financeira e contábil da Associação. Os trabalhos contaram com a participação da coordenadora Jamile Jabra Malke e dos integrantes titulares do colegiado, José Amilton Freire e José Arinaldo Gonçalves Ferreira.

O presidente Miguel Nôvo fez a abertura oficial do encontro, oportunidade em que apresentou os projetos em andamento do Conselho Executivo e reforçou o compromisso da atual gestão em priorizar os assuntos de interesse dos associados e da representação associativa em cada unidade da Federação. “Nós do Conselho Executivo estamos no maior empenho. Eu, pessoalmente, gosto de me dedicar àquilo que me proponho a fazer e de apresentar resultados o mais rápido possível”, ressaltou.

Os integrantes do CF cumprimentaram o presidente Miguel



Nôvo pela celeridade e transparência com que tem tratado os assuntos da ANFIP, mantendo os demais conselhos informados sobre cada decisão. “O Conselho Fiscal vai continuar trabalhando para que a gente tenha um bom desenvolvimento. Nos colocamos à disposição para todo

e qualquer esclarecimento que se fizer necessário”, afirmou Jamile Malke.

Em seguida, foi iniciada a análise dos itens da pauta, que inclui documentos contábeis, execução orçamentária, movimentação financeira e emissão de relatórios e pareceres.

Congresso reúne fisco estadual do Pará

A vice-presidente de Comunicação Social, Marluce da Silva Soares, participou, representando a ANFIP, do 2º Congresso do Fisco Estadual do Pará (Conefisco), realizado de 17 a 19 de abril, na capital Belém.

O evento, promovido pelo Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual do Pará (Sindifisco/PA), reuniu servidores das carreiras tributárias e autoridades para discutir assuntos de interesse da



categoria, com destaque para a lei orgânica, trabalho híbrido, regime de

trabalho, produtividade, inovações tecnológicas, reforma tributária e os seus impactos no futuro das carreiras fiscais-tributárias, reforma estatutária.

Durante os três dias, participaram do evento, além de Auditores Fiscais estaduais, autoridades do governo do Pará, da Receita Federal do Brasil e das Secretarias de Fazenda estaduais, além de convidados e artistas locais.

Veja a cobertura completa do evento no site e no Instagram do Sindifisco Pará (@sindifiscopara).

BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Renove seus eletroeletrônicos com qualidade e economia

O Clube de Vantagens da ANFIP está com novidades imperdíveis para os associados que querem renovar seus eletrodomésticos e eletrônicos em 2024.

São centenas de cupons de desconto, de até 50%, nas melhores redes e lojas do país, como Magalu, Casas Bahia, KaBum!, Dell, Samsung, Acer e muito mais!

Acesse a plataforma anfip.temvantagens.com.br e confira as condições.

<p>Até R\$ 700 de desconto*</p>	<p>Até 10% de desconto*</p>	<p>Até 50% de desconto*</p>
<p>Até 8% de desconto*</p>	<p>Até 40% de desconto*</p>	<p>Até 8% de desconto*</p>

ESTADUAIS

Vice-presidente Executivo assume diretoria na ANFIP-DF



A ANFIP-DF realizou assembleia geral ordinária, dia 15 de abril, com a presença de dirigentes e associados, para deliberar pautas e assuntos de interesse dos associados. Pela ANFIP, participou o vice-presidente Executivo, Gilberto Pereira, na sede da Estadual, em Brasília.

Após análise, durante a reunião, foram aprovados o Relatório Anual do Conselho Executivo, referente ao período de abril de 2023 a março de 2024, bem como o parecer do Conselho

Fiscal e a previsão orçamentária das despesas correntes entre abril de 2024 e março de 2025.

Ainda, foram eleitos os novos integrantes dos conselhos Executivo e Fiscal da ANFIP-DF para o triênio 2024/2026. Para ajudar na nova gestão, Gilberto Pereira foi indicado como novo diretor jurídico da Estadual, responsável por auxiliar nas ações e processos dos associados locais.

Os dirigentes deram as boas-vindas ao vice-presidente, que agradeceu a indicação e reafirmou o compromisso de maior integração com a ANFIP, no constante aprimoramento da Entidade e em melhorias no fluxo de comunicação com o corpo associativo. Confira a nova composição:

Conselho Executivo

Léa Pereira de Mattos
Presidente

Maria José de Paula Moraes
Vice-presidente

Florianio Martins de Sá Neto
Vice-presidente de Administração

Darcy Luiz de Oliveira
Vice-presidente de Orçamento e Finanças

Gilberto Pereira
Vice-presidente de Assuntos Jurídicos

Conselho Fiscal

Titulares

Onésimo Stafuzza

Jack Mariano Martins Sampaio

Wilson Silva

Suplentes

Ely Lima Cabral

Roberto Machado Barcellos

Teresinha Ferreira da Costa Nunes

Semana intensa de trabalhos da comissão local do XVIII Encontro Nacional



A Estadual da ANFIP no Ceará (ANFIP-CE) reuniu, em sua sede, integrantes da comissão local do XVIII Encontro Nacional da ANFIP para avaliar o andamento dos trabalhos para a realização do evento.

Na ocasião, foram verificadas e listadas ações para a concretização de todo o planejamento desenvolvido juntamente com a comissão nacional.

“Todos no Ceará estão empenhados para que esse grandioso evento da ANFIP marque história e que os colegas vindos de todos os recantos do país possam, cada vez mais, se orgulhar de pertencer a essa tão grandiosa entidade, que é a nossa ANFIP, e que possam também desfrutar da nossa cidade, Fortaleza! Irmã do Sol e do Mar”, desejaram os organizadores.

Fonte: ANFIP-CE

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100 (ligação e whatsapp)
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
E-mail: aposentadoriaspensoes@anfip.org.br

CADASTRO

E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

SECRETARIA

E-mail: secretaria@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local - atendimento das 14h às 18h)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800 606 7272
Geap: 0800 728 8300